



PREFEITURA MUNICIPAL DE PORTO ALEGRE
DEPARTAMENTO MUNICIPAL DE PREVIDÊNCIA DOS
SERVIDORES PÚBLICOS DO MUNICÍPIO DE PORTO ALEGRE.
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

ATA Nº 024/2010
CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO

1
2
3
4
5
6
7 Aos cinco dias do mês de outubro do ano de dois mil e dez, às 09:34 (nove horas e trinta e quatro
8 minutos) teve início na sede do PREVIMPA, situada na Rua Uruguai, 277 – 6º andar, a
9 ducentésima octagésima primeira reunião do Conselho de Administração. Presidiram a mesa os
10 conselheiros, Sérgio Luiz Brum, como Presidente e Adeldo Rohr como Secretário. Estiveram
11 presentes os conselheiros titulares, Alexandre da Fontoura Dionello, Alexandre Dias Abreu,
12 Alexandre Salgado Marder, Eduardo Kreuzer, Eros Miguel Sadowoy Martins, Francisco José
13 Menezes da Silva, Gilmar Cardozo dos Santos, Hailton Terra de Jesus, Luiz Fernando Rigotti,
14 Marilena Ruschel da Cunha, Maris Regina Vieira Honaiser, Marisa Ney Santos de Pinho, Mário
15 Fernando Antônio da Silva, Pedro Luis Martins, Ricardo Zucareli Pulvirenti, Sueli de Fátima
16 Mousquer e os conselheiros suplentes, Etel dos Santos Lopes, João Carlos Carpes da Silva, Jorge
17 Luis Loss, Manuel Roberto Escobar e Cristina Clarency La Porta. Aberta a sessão, procedeu-se à
18 leitura da ata da reunião anterior, que foi aprovada após retificação. Nos informes, o conselheiro
19 Adeldo comentou sobre a publicação do edital da progressão municipal referente ao período de 2006
20 à 2008, alertando que a não migração da totalidade dos dados para o ERGON prejudicou alguns
21 servidores, e citou o seu caso particular, tendo que entrar com recurso para participar do pleito, haja
22 vista não ter sido computada a averbação do tempo trabalhado na CMPA. Salientou que aqueles
23 servidores que não verificaram ainda essa situação, provavelmente, serão penalizados com a não
24 participação no certame. Alertou ainda, que a inconsistência dos dados no ERGON também acarreta
25 reflexos no cálculo atuarial, que deveria levar em conta todo o tempo de serviço do servidor.
26 Solicitou ao conselheiro Rigotti, que na condição de Diretor-Geral do PREVIMPA, leve essa
27 questão às demais Secretarias do Município. Também solicitou aos conselheiros que fazem parte da
28 gestão do SIMPA, que através do Sindicato façam a reivindicação junto ao Governo, da necessidade
29 da atualização dos dados dos servidores no sistema. O conselheiro Rigotti, sugeriu que os servidores
30 que se sentirem prejudicados encaminhem a demanda diretamente às suas secretarias, que por sua
31 vez deverão acionar a SMA, canal competente para essas questões. Ainda nos informes foi feito o
32 convite para a posse da nova diretoria do SIMPA eleita para o triênio 2010-2013, que será realizada
33 no dia 15/10/2010, às 18:30h, e foi reiterado também o convite para a festa do 16º aniversário da
34 ASTEC, que ocorrerá no dia 16/10/2010, no restaurante panorâmico da PUC. Passou-se então, ao
35 primeiro ponto da pauta, relato do processo nº 009.002542.10.2, que versa sobre o convênio com a
36 FESDM para realização do 5º Seminário do PREVIMPA. O conselheiro-relator Adeldo leu o
37 parecer e sugeriu a aprovação do convênio, por estar a proposição enquadrada na Lei Federal
38 8666/93, artigo 116, bem como atendida a Lei Municipal 7084/92, com redação dada pela Lei
39 10206/2007, por estar com as devidas certidões anexadas, que deverão estar válidas por ocasião da
40 assinatura do convênio, devendo ser atualizadas aquelas que por ventura estiverem com suas datas
41 vencidas. O presidente Brum fez alguns questionamentos em relação ao valor total do convênio,
42 previsão de participantes, valor da inscrição e quantidade de vagas que estarão sujeitas à gratuidade.
43 O conselheiro Rigotti respondeu que o valor do convênio com a Escola é de R\$ 40.000,00 (quarenta
44 mil reais), entretanto o custo total do evento deverá ser de aproximadamente R\$ 80.000,00 (oitenta
45 mil reais). Explicou que a ESDM busca patrocinadores para complementar as despesas do
46 seminário, sendo que a Organizadora deverá prestar contas do valor despendido pelo PREVIMPA
47 conforme contrato, até o dia 15/02/2011. Explicou ainda, que caso os gastos não ultrapassem o
48 valor estipulado, o PREVIMPA fica com aval para futuros cursos na Escola, sendo essa cláusula
49 uma novidade, pois não constou no contrato estabelecido no ano passado. Colocou que haverá cerca

50 de 250 vagas, dentre elas, em torno de setenta serão isentas de pagamento, pois serão para
51 funcionários e conselheiros do PREVIMPA, sendo que o valor da inscrição será estabelecido entre
52 oitenta a cem reais. Feitos os esclarecimentos, o presidente colocou em votação o relatório do
53 conselheiro Adelto. O conselheiro Alexandre Marder se absteve na votação por se considerar
54 impedido face ser conselheiro da ESDM. Os demais conselheiros aprovaram o relatório por
55 unanimidade. No segundo ponto da pauta, Proposta Orçamentária para o ano de 2011, relatório
56 elaborado pelos conselheiros, Eduardo Kreuzer, Omar Condotta e Manuel Escobar, o conselheiro
57 Eduardo preliminarmente leu um e.mail encaminhado pelo conselheiro Omar, tendo em vista a
58 impossibilidade, por motivo de trabalho, de comparecimento do conselheiro à reunião marcada pela
59 Comissão para análise da proposta. Na mensagem, o conselheiro Omar sugere a aprovação do
60 Orçamento. O conselheiro Eduardo leu o relatório e passou-se à discussão da matéria. A conselheira
61 Maris questionou sobre os valores atribuídos às sentenças judiciais, que no ano de 2009 foram de
62 R\$ 2.018.794,85 (dois milhões, dezoito mil, setecentos e noventa e quatro reais e oitenta e cinco
63 centavos), havendo redução no valor em 2010 para R\$ 889.331,00 (oitocentos e oitenta e nove mil,
64 trezentos e trinta e um reais) e estimativa de R\$ 266.049,00 (duzentos e sessenta e seis mil e
65 quarenta e nove reais) para o ano de 2011. O conselheiro Alexandre Marder esclareceu que as
66 condenações estão se reduzindo muito em virtude do trabalho da ASSEJUR, muito embora o fluxo
67 de processos tenha aumentado significativamente e o PREVIMPA tenha carência de pessoal na sua
68 Procuradoria. Em relação ao valor estimado, explicou que depende do fluxo de precatórios, e que o
69 valor que será pago no ano seguinte é informado pelo Tribunal de Justiça. A conselheira Maris
70 questionou quanto à verba para treinamento e para diárias de servidores do PREVIMPA, estimadas
71 em R\$ 18.000,00 (dezoito mil reais), cada, valor muito superior ao destinado às despesas de diárias
72 e treinamento de conselheiros, cuja previsão é de R\$ 2.000,00 (dois mil reais) cada. A conselheira
73 explicou que o conselheiro se inscreve para curso de capacitação previdenciária e o retorno que
74 recebe é de que não há recurso e não se fala em suplementação. A conselheira Sueli corroborou que
75 na hora da fixação do valor até se fala em suplementação, caso venha a ser necessário, mas na hora
76 isso não acontece. O conselheiro Rigotti disse que todos os pedidos, tanto de conselheiros como de
77 funcionários são analisados pela área competente do PREVIMPA, sendo verificado primeiramente
78 o interesse da instituição na participação em determinado evento, não sendo contemplado o
79 interesse individual, e argumentou que o subsídio para viagem de conselheiros começou com a atual
80 administração do Departamento, pois anteriormente sequer havia essa previsão no orçamento. O
81 conselheiro Alexandre Abreu colocou ser importante a qualificação dos integrantes do Conselho e
82 saudou o fato da atual gestão ter possibilitado que isso ocorra. Sugeriu que os casos de participação
83 de conselheiros em cursos e seminários seja avaliado não somente pela Direção do PREVIMPA,
84 mas também pelo próprio Conselho. O presidente Brum disse que o Conselho demanda frequência
85 nos eventos para assim os conselheiros terem possibilidade de uma maior análise das questões
86 previdenciárias. Argumentou que o interesse não é da totalidade dos membros do Conselho, tendo
87 sido verificado que alguns conselheiros mostram mais interesse em participar desses eventos do que
88 outros. Sugeriu que se aumente a verba para essa finalidade pois os conselheiros vêm ao Conselho
89 para trabalhar pela Instituição. O conselheiro Adelto concorda que a Direção Geral do PREVIMPA
90 defina o valor que será gasto pelos servidores do PREVIMPA, entretanto, para os conselheiros
91 entende que deve ser acordado pelo Colegiado quem participará de determinado evento quando
92 estes surgirem a partir da agenda deles e discutido com a Direção Geral da Autarquia. O conselheiro
93 Rigotti salientou que mesmo havendo previsão no orçamento, em caso de contingenciamento,
94 deverá ser solicitada autorização do Prefeito. Ponderou que se possível, sempre se atende os
95 pedidos, mas há algumas regras que devem ser seguidas, como a preferência de qualificação para os
96 servidores, pois são permanentes na Autarquia. Disse que no ano passado por conta do
97 contingenciamento, o PREVIMPA participou de somente um evento em nível nacional com a
98 designação de um único representante, e que precisa parâmetros objetivos para essa decisão. O
99 conselheiro Gilmar disse ser a favor de que o valor seja estimado no orçamento, pois caso contrário
100 será muito difícil argumentação para obter suplementação e opinou pela alteração do valor. O
101 conselheiro Pedro Martins salientou que o DG analisa essa questão do ponto de vista

102 administrativo, estando sujeito à pretensão de gastos. Disse haver cursos periódicos oferecidos pela
 103 Escola de Gestão Pública, que por intermédio do RH do PREVIMPA poderão ser oferecidos aos
 104 conselheiros, juntamente com aqueles que já existem no âmbito do Município. A conselheira Maris
 105 propôs que se alterasse o valor da diária atribuída aos conselheiros para o total de R\$ 6.000,00 (seis
 106 mil reais). O conselheiro Eduardo disse não haver problema em proceder-se à alteração no
 107 orçamento em relação à rubrica para diárias, posto que o valor atribuído às diárias para funcionários
 108 passaria para o total de R\$ 14.000.00 (quatorze mil reais) e o valor das diárias para os conselheiros
 109 passaria para o total de R\$ 6.000,00 (seis mil reais), não havendo alteração no total previsto no
 110 orçamento para essa finalidade. A proposta foi aceita e aprovada pela unanimidade dos conselheiros
 111 presentes. Devido ao adiantado da hora, o terceiro ponto da pauta, apreciação dos relatórios do
 112 Conselho Fiscal referente ao primeiro e segundo trimestre do ano de 2010, foi transferido para a
 113 próxima reunião. Também ficou acordado pelo Colegiado a apreciação do DRAA – Cálculo
 114 Atuarial na próxima sessão. Foi encerrada a reunião às 10:58h (dez horas e cinquenta e oito
 115 minutos) e foi lavrada a presente ata que vai assinada por mim Adelto Rohr, conselheiro/secretário
 116 de mesa e pelos demais presentes.

117
 118
 119

120 Sérgio Luiz Brum – Presidente

Adelto Rohr - Secretário

121
 122
 123
 124

125 Gilmar Cardozo dos Santos

Etel dos Santos Lopes

126
 127
 128
 129

130 Sueli de Fátima Mousquer

Alexandre Dias Abreu

131
 132
 133
 134

135 Eduardo Kreuzer

Jorge Luis Loss

136
 137
 138
 139

140 Luiz Fernando Rigotti

Marilena Ruschel da Cunha

141
 142
 143
 144

145 Alexandre Salgado Marder

Eros Miguel Sadowoy Martins

146
 147
 148
 149

150 Maris Regina Vieira Honaiser

João Carlos Carpes da Silva

151
 152
 153

154		
155		
156	Marisa Ney Santos de Pinho	Pedro Luis Martins
157		
158		
159		
160		
161	Mário Fernando Antônio da Silva	Alexandre da Fontoura Dionello
162		
163		
164		
165		
166	Hailton Terra de Jesus	Manuel Roberto Escobar
167		
168		
169		
170		
171	Francisco José Menezes da Silva	Ricardo Zucareli Pulvirenti
172		
173		
174		
175		
176	Cristina Clarency La Porta	
177		
178		
179		
180		
181		
182		
183		
184		
185		
186		
187		
188		
189		
190		
191		
192		
193		